



Inglês que a criança aprende brincando

Ensinar o inglês para crianças de maneira contextualizada, com elementos de sua vida cotidiana, sem a necessidade de decorar diálogos e palavras de uma realidade distante contida nos livros didáticos é a proposta apresentada pela professora Cláudia Hilsdorf Rocha em dissertação de mestrado junto ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Na verdade, a professora partiu da prática para um referencial teórico, com base na experiência de dez anos à frente de uma escola de idiomas e também vivenciando o ensino de língua estrangeira na rede municipal de uma cidade do interior paulista.

Cláudia Rocha ressalta a reconhecida importância das línguas estrangeiras não apenas como instrumento de inserção e ascensão social, mas também como canal de acesso a diferentes culturas. Além disso, esclarece, o ensino tem sido incluído já nas séries iniciais das escolas da rede pública e, há algum tempo, faz parte do plano curricular das escolas particulares. Neste sentido, os professores precisam estar bem preparados. A professora explica que, ao contrário do que se pensa, o inglês nas séries iniciais é base para um aprendizado eficiente.

“O ensino de línguas estrangeiras deve exercer um papel formador, mas infelizmente, o que se percebe em muitos casos, é que o professor nem precisa falar a língua fluentemente. Basta que ele siga o roteiro preconizado pelo livro didático, com a fórmula da repetição e a abordagem de jogos, músicas e histórias como acessórios ou complementos no curso, ao invés de tomar a língua-

Professora associa ensino da língua ao dia-a-dia do lar e escola



A professora Cláudia Rocha e o doutorando Kleber da Silva: método de inglês difundido na extensão no IEL

cultura como base, ou seja, como foco central e propulsor para o processo de ensino-aprendizagem de línguas”, critica.

O estudo de proposições teórico-práticas que contemplassem o ensino de inglês diferenciado para crianças, orientado pelo professor José Carlos Paes de Almeida Filho, teve início há dois anos, quando a empresa da qual Cláudia Rocha faz parte venceu uma licitação para atuar na rede municipal de ensino em 18 escolas. O objetivo era oferecer cursos de inglês e espanhol para crianças de

1ª a 4ª séries como disciplinas integrantes da matriz curricular do ensino fundamental. “De repente me vi num universo de sete mil crianças e sem nenhuma diretriz oficial para o trabalho. Em geral, tanto as pesquisas como os referenciais teóricos disponíveis têm como foco o ensino a partir da 5ª série, e o ensino de línguas para crianças, principalmente das escolas públicas, é totalmente diferenciado”, explica a pesquisadora.

O método – A proposta de Cláudia Rocha

foi ensinar a língua a partir de práticas sociais como brincar, cantar e contar histórias, presentes no imaginário das crianças e constitutivos do mundo infantil, sem que elas precisassem decorar diálogos de um contexto totalmente diferente do que vivenciam. “O ensino tradicional privilegiava situações muitas vezes artificiais, apesar de contextualizadas, cujo maior objetivo é ensinar formas gramaticais e palavras isoladas, sem se ater ao fato de que a criança deve estar inserida em práticas reais na linguagem, as quais permitem que ela consiga construir a ponte entre o que aprende e o que pode vivenciar no seu dia-a-dia”, esclarece.

A pesquisadora teve como amparo teórico os gêneros discursivos e recorreu a materiais presentes na realidade brasileira, como gibis da Turma da Mônica e textos curiosos para, então, fazer a re-contextualização para práticas de linguagem do inglês, permitindo que o idioma fluísse naturalmente. Cláudia Rocha também realizou 118 entrevistas com professores, alunos, diretores de escola, coordenadores pedagógicos e pais de alunos para fazer uma análise do panorama do ensino da língua em seu contexto. Seu trabalho possibilitou montar um curso de extensão de 35 horas, oferecido pelo IEL/Unicamp, voltado para professores de línguas de escolas regulares e de institutos de idiomas. No curso, ao lado do doutorando Kleber Aparecido da Silva, Cláudia apresenta princípios e práticas referentes ao ensino-aprendizagem de línguas para crianças e material de apoio para os professores em sala de aula. Ela já formou três turmas e a ideia é iniciar o módulo dois do programa. Seu objetivo é elaborar um livro didático para o ensino de inglês para crianças.

Lei para refugiados no Brasil está entre as mais avançadas

A lei brasileira que trata dos refugiados (1997) é considerada uma das mais avançadas e inovadoras da América do Sul. Na região, o Brasil foi o primeiro país a regulamentar a complexa questão do acolhimento de perseguidos em decorrência de nacionalidade, raça, religião, opiniões políticas, pertencimento a determinado grupo social ou de violação dos direitos humanos. A posição brasileira caminha na contramão dos países europeus e dos Estados Unidos, que cada vez mais criam empecilhos para o processo de reconhecimento dessas pessoas. Na opinião de Julia Bertino Moreira, mestre em relações internacionais pela Unicamp, uma justificativa para a limitação ocorrida nos países desenvolvidos a partir da década de 1970 – e mais duramente nas de 1980 e 90 – seria o choque cultural, uma vez que os refugiados basicamente têm sua origem em países com características diferentes do Estado que os abriga.

Choque de culturas acirra cerco nos países desenvolvidos

“A partir da década de 1950, os interesses dos Estados desenvolvidos tornaram-se diversificados. O debate em torno da definição do que seria um refugiado passa a ser fervoroso”, explica Julia Moreira. Do final da Segunda Guerra Mundial até os anos 70, a maioria dos refugiados era de origem europeia, sendo que



A mestre em relações internacionais Julia Bertino Moreira: acompanhando a questão dos refugiados desde 1943

os países acolhedores, como Estados Unidos, Austrália e Áustria não mantinham diferenças culturais significativas em relação a eles. Além disso, no contexto do pós-

guerra, havia interesse no acolhimento de uma mão-de-obra barata e abundante para estimular o crescimento econômico. “Com a diminuição dos conflitos da Guerra Fria e a recessão econômica nos países desenvolvidos, a situação se inverte. Nos anos 80 e 90 esses países começam a receber refugiados latino-americanos, vietnamitas, africanos, asiáticos e as comunidades locais já não os vêem com bons olhos”, esclarece a pesquisadora.

Atualmente, as limitações são ainda maiores. Os países da Europa e Estados Unidos recebem um número considerável de refugiados, mas seu reconhecimento esbarra em várias implicações burocráticas. “Quando o país reconhece um refugiado, o custo econômico e social é grande. É preciso oferecer garantias até que a situação de perseguição termine e o indivíduo tenha condições de retornar ao país de origem. O refugiado tem inclusive o direito de trabalhar. Essa proteção pode durar anos, dependendo do caso”, informa Julia Moreira. Por isso, esses países começam a adotar a proteção temporária e estabelecem cotas para o acolhimento e limite de tempo para que o refugiado permaneça em seus territórios.

Depois de um primeiro contato com o tema em trabalho de iniciação científica na PUC de São Paulo, Julia Moreira partiu para o mestrado na Unicamp a fim de produzir um resgate histórico dos refugiados no contexto

internacional. Ela fez entrevistas e acompanhou os procedimentos na Caritas – entidade ligada à Igreja Católica que inicia e monitora o trâmite desses processos – e analisou os arquivos do Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Obteve assim uma visão geral que levou à dissertação intitulada “A questão dos refugiados no contexto internacional – de 1943 aos dias atuais”, orientada pelo professor Shigenoli Miyamoto, no âmbito do programa de pós-graduação interinstitucional San Tiago Dantas, que reúne Unicamp, Unesp e PUC-SP.

O trabalho detalha a primeira convenção criada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), trazendo a definição clássica de refugiado. Nela, os refugiados são enquadrados em apenas cinco categorias, que correspondem à perseguição por raça, nacionalidade, religião, opiniões políticas e pertencimento a determinado grupo social. No final da década de 1960, mais precisamente em 1969, a África estendeu o abrigo a indivíduos perseguidos em função de conflitos armados. “Esta elaboração se dá na época de guerras pela independência de inúmeros países africanos, como Argélia e Angola”, esclarece. A declaração dos países latino-americanos, de 1984, segue a definição ampliada, mas por conta dos conflitos em países como Argentina, Chile e El Salvador acrescentam a violação massiva de direitos humanos.

Cárie e gengivite em crianças são associadas a escolaridade dos pais

Crianças de 5 anos de idade cujos pais possuem o segundo grau de escolaridade incompleto têm, aproximadamente, seis vezes mais chances de desenvolver cárie dentária do que aquelas de pais com nível superior completo. No aspecto clínico, aquelas que possuem manchas brancas nos dentes têm 49 vezes mais chances de vir a desenvolver lesões de cárie. As conclusões fazem parte de um levantamento epidemiológico realizado em Piracicaba para identificar os indicadores de risco de cárie e de gengivite em crianças, conduzido pela odontologista Karine Laura Cortellazzi para obtenção do título

Pesquisa é feita junto a 728 crianças de 5 anos em pré-escolas

de mestre na Faculdade de Odontologia de Piracicaba. A pesquisa envolveu 728 pré-escolares provenientes de 22 pré-escolas públicas (EMELs) e 18 particulares, examinados na própria escola pela pesquisadora.

Além do exame bucal nas crianças, os pais responderam a um questionário sobre a condição socioeconômica da família. Karine Cortellazzi explica que o levantamento considerou a idade de 5 anos porque ela oferece o índice referência para obtenção dos níveis de saúde bucal na dentição decídua, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com a pesquisadora, o trabalho é fundamental porque não se propõe apenas a tratar a cárie e a gengivite quando já estão instaladas, mas prevenir contra a aparição desses males. A comparação de níveis socioeconômicos permite lo-

calizar as crianças com maior propensão a desenvolver problemas bucais.

No caso da gengivite ou sangramento da gengiva, o estudo apontou que o fato de a criança estudar em pré-escola pública e ser do sexo masculino implica em duas vezes mais chances de obter a doença. Caso exista uma lesão inicial de cárie, as chances de ter sangramento na gengiva também é duas vezes maior. As crianças que residem com mais de quatro pessoas apresentam propensão 2,62 vezes maior para gengivite. Os parâmetros utilizados para avaliar a condição gengival foram os preconizados pelo SB Brasil, projeto que verificou as condições de saúde bucal da população brasileira no ano 2000. O levantamento foi orientado pelo professor Antonio Carlos Pereira.



A odontologista Karine Laura Cortellazzi: incidência de cárie é seis vezes maior em filhos de pais com 2º grau incompleto